Reunião Brasileira

ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE – 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Exploração, resistência e territorialização étnica do espaço urbano de Campo Grande-MS Autoria: Mario Ney Rodrigues Salvador (CPDA)

A proposta pretende refletir sobre os indígenas em contexto urbano e o que chamamos de processo de territorialização étnica construído pelos indígenas, a partir de meados da década de 1990, na cidade de Campo Grande-MS, Brasil. Contrastando com parte da literatura e dos relatos oficiais que têm tratado os indígenas apenas como sujeitos subalternos e meramente passivos da colonização, a tese da territorialização étnica busca apresentar o papel ativo dos indígenas na construção das cidades brasileiras e a postura (re)ativa frente às situações de exploração, privação, marginalização e dominação praticadas pelo capitalismo sob os auspícios obscuros do?desenvolvimento e progresso?. O foco da proposta é a territorialização étnica produzida a partir da reestruturação econômico-produtiva, especialmente porque a efetivação desta última resultou na realocação da mão de obra indígena rural para os centros urbanos, levando os indígenas a apropriar-se desse fato e utilizá-lo como instrumento para forçar a sociedade e o Estado a reconhecer a presença étnica na cidade, e dar-lhes o apoio necessário para sua permanência e manutenção como citadinos. Em Campo Grande, as situações de carência, vulnerabilidade, marginalização e invisibilidade social às quais os indígenas foram submetidos levaram-nos a insurgirem-se por meio dos movimentos de luta por território e moradia, reafirmação identitária e de resistência étnica, transformando drasticamente o campo das relações interétnicas e das relações de poder na capital. A situação histórica dos grupos étnicos que vivem em Campo Grande-MS, neste século XXI, sustenta a ideia de que está em curso um amplo processo de etnicização dos espaços urbanos, decorrente da presença física, econômica, cultural, política e simbólica, principalmente das etnias Terena, mas também Guaranis e Kadiwéu, e em menor número, diversas outras etnias. Além disso, a cidade de Campo Grande se destaca pela existência das

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

chamadas aldeias urbanas e o work assalariado se apresenta como o maior expoente dessa presença étnica. Assumindo que a territorialização "jamais deve ser entendido como uma via de mão única" (Oliveira, 1998), o processo de territorialização étnica é entendido como a ocupação do espaço físico, cultural, econômico, social e político urbano, que produz mudanças recíprocas múltiplas (entre pessoas, e entre pessoas e instituições) e não apenas unilaterais, de sentido único. Refere-se não apenas ao crescimento quantitativo e à presença física dos indígenas, mas à construção de um ethos urbano multiétnico, pluriétnico e interétnico. Trata-se da expansão étnica de ordem objetiva e material, bem como, de ordem subjetiva e simbólica que resulta em mudanças tanto para os indígenas quanto para a cidade e citadinos como um todo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: Apoio: Organização:



